



O CNJ E A NOVA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015

A comunidade internacional debaterá, até 2015, a nova agenda de desenvolvimento e avaliará os progressos e os insucessos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), definidos em 2000 e que se perspectivavam alcançar até 2015. Cabe agora redefinir essa agenda e perspectivar o enquadramento para um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Os oito ODM tiveram os seus alcances positivos, definindo prioridades, mobilizando recursos e chamando a atenção para temas específicos, contudo, são de apontar igualmente os seus fracassos. Foram descuradas questões essenciais como a paz e a segurança, os direitos humanos, a boa governação ou a sustentabilidade económica.

Desde muito cedo que a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu os jovens como importantes atores de desenvolvimento¹ e agentes de mudança social, desenvolvimento económico e inovação tecnológica. Contudo, os jovens são tanto agentes, como beneficiários, mas também vítimas de mudanças sociais e são, geralmente, confrontados com um paradoxo: desejam integrar-se numa ordem existente ou servem como força de transformação dessa ordem. Os jovens, por todo o

¹ Desde 1965, aquando da aprovação por parte dos Estados Membros da Declaração sobre a Promoção entre Jovens dos Ideais da Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre Povos.

lado do mundo, apesar de viverem em diferentes níveis de desenvolvimento e em diferentes contextos socioeconómicos, aspiram a uma participação plena, efetiva e construtiva na sociedade.

Assim, o CNJ defende que a nova agenda de desenvolvimento deve assentar nos seguintes princípios:

- Uma **agenda global**, acordada e aplicável à escala global, refletindo, contudo, as especificidades e realidades regionais e nacionais. Devem ser igualmente criados indicadores quantitativos e qualitativos, por forma a garantir uma maior responsabilização, monitorização e apropriação;
- Uma agenda que reflita uma **parceria global**, baseada numa agenda participativa, envolvendo vários *stakeholders* e implementada a vários níveis, onde Governos, autoridades locais, organizações da sociedade civil, incluindo organizações juvenis, sector privado e academia estão envolvidos no desenvolvimento, mas igualmente na implementação e monitorização da agenda;
- Uma agenda baseada em princípios e normas de **Direitos Humanos**, refletindo as normas internacionais de direitos políticos, cívicos, económicos e sociais. Deve ser tomada especial atenção à especificidade das condições em que os jovens vivem atualmente, em que estes direitos sofrem múltiplas discriminações. A garantia dos Direitos Humanos pode ser assegurada através de um objetivo transversal (*cross-cutting goal*), mas igualmente e complementarmente através de um objetivo específico (*stand alone goal*);
- Uma agenda que garanta a **sustentabilidade** a todos os níveis, tanto ao nível económico, como social e ambiental. Estes elementos do desenvolvimento e sustentabilidade devem ser abordados de forma integrada, por forma a garantir a coerência e a sustentabilidade das políticas. Deve ser garantida uma abordagem baseada na **justiça intergeracional**, de modo a garantir os direitos das gerações presentes, mas igualmente das futuras, numa perspectiva de coesão geracional;
- **Uma agenda que exija a coerência das políticas**, por forma a garantir a articulação das políticas públicas, programas e ações das diferentes áreas e implementadas aos diferentes níveis. A este propósito é essencial um diálogo transversal entre os vários *stakeholders*, pois sem este entendimento não será

possível implementar de forma integrada, nos níveis regionais, nacionais e locais, os princípios orientadores globais;

Assim, cremos que o empoderamento dos jovens é uma aposta no presente que trará benefícios a longo prazo. Para tal, é necessária uma abordagem holística e transversal, uma vez que um verdadeiro desenvolvimento juvenil passa por vários setores como a saúde, a educação ou o acesso ao emprego. Assim, defendemos que o empoderamento da juventude deve ser um *cross cutting goal*, isto é, transversal a todos os objetivos, tendo, contudo indicadores específicos e mensuráveis em todas as suas vertentes temáticas.

Defendemos, ainda, que um verdadeiro empoderamento e capacitação dos jovens são transversais a vários objetivos de desenvolvimento e deverão caminhar a par com a educação, como forma de consciencializar e criar pensamento crítico nos jovens para que possam participar na sociedade de forma consciente e informada. As organizações de juventude têm um papel importante a desempenhar nessa transmissão de competências e de capacidades.

Consideramos, assim, as seguintes prioridades:

Emprego – Emprego de qualidade e trabalho digno

- Reduzir o número de jovens que não têm emprego, não estão a estudar ou não participam em ações de formação (NEET) e criar oportunidades de emprego para os jovens, por forma a garantir a sua plena autonomia, empoderamento e bem-estar. Assim, permitir-se-á o acesso à saúde, nutrição e alimentação adequadas, e à habitação, prevenindo que os jovens estejam socialmente excluídos ou se encontrem em situações de pobreza;
- Garantir a qualidade e a estabilidade no emprego, onde os jovens não sofrerão discriminações baseadas na sua idade, orientação sexual, género ou outras. Assim, devem ser asseguradas as condições de salário decente e justo, garantindo uma remuneração igual para um trabalho de valor igual, condições de trabalho seguras

- e proteção social, de acordo com os padrões e normas estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho;
- Apostar na educação vocacional e formação, aliadas ao reconhecimento das competências desenvolvidas em contexto de educação não-formal, de modo a facilitar a transição dos jovens da educação para o mercado de trabalho. De modo a garantir uma melhor correspondência entre as competências dos jovens e as necessidades do setor privado, deverão ser desenvolvidas e fomentadas parcerias entre os dois setores;
 - Aumentar as oportunidades de empreendedorismo, incluindo apoio educativo, apoio financeiro a *startups*, por forma a fomentar a inovação, a criação de um futuro sustentável e o alcance da autonomia.

Educação de Qualidade

- Garantir o acesso universal e livre à educação formal e não-formal de qualidade, formação vocacional e aprendizagem ao longo da vida até, pelo menos, ao ensino secundário, alcançando uma literacia juvenil universal;
- Garantir a Educação para a Cidadania e os Direitos Humanos, abrangendo todos os elementos da educação para o desenvolvimento, como a educação para a paz e segurança, para o desenvolvimento sustentável, educação intercultural e inter-religiosa, saúde e sexualidade. Seria, assim, promovida a capacitação dos jovens enquanto cidadãos globais ativos e transformadores das suas comunidades;
- Garantir financiamento adequado e alocação dos orçamentos nacionais e tomar medidas específicas para alcançar os jovens mais vulneráveis e marginalizados, nomeadamente raparigas e jovens mulheres, jovens rurais, com deficiências, minorias e outros socialmente excluídos;
- Garantir professores formados e atualizar currículos, por forma a capacitar os jovens com as competências certas que correspondam à procura dos mercados de trabalho.

Saúde

- Garantir a prevenção e o tratamento de doenças não-comunicáveis ou aquelas sexualmente transmissíveis, abuso de substâncias e dependências;
- Aumentar o acesso aos serviços de saúde, informação e métodos modernos de contraceptivos;
- Aumentar a informação sobre saúde sexual e reprodutiva nos sistemas educativos;
- Acabar com os casamentos infantis, precoces e forçados e práticas tradicionais nefastas, identificando e eliminando as suas causas originais;
- Focar as políticas de saúde juvenil na proximidade e integração dos jovens;
- Aceder gratuitamente à informação e prevenção de doenças crónicas multinacionais como a obesidade, das quais advirão, outras patologias, como diabetes mellitus tipo 2, doenças cardiovasculares, AVC, entre outras, cuja mortalidade tem aumentado exponencialmente;
- Assegurar a existência de cuidados de saúde em regiões de conflito e de catástrofes naturais;
- Reconhecer a influência das mudanças climáticas na saúde das populações e prevenir as suas consequências;
- Defender e aplicar o conceito de Universal Health Coverage a nível global.

Boa Governança e Participação

- Garantir, em todos os Estados, a boa governança, incluindo estruturas justas, compreensivas e responsáveis, bem como, o Estado de Direito, o acesso à justiça e à participação política;
- Assegurar a participação efetiva e significativa dos jovens nos processos de tomada de decisão, governança e construção da paz, especialmente através de processos de co-decisão. Deve ser dada especial atenção àqueles mais vulneráveis e socialmente excluídos. Devem ser estabelecidos mecanismos de proteção legislativa e jurídica adequados, por forma a garantir e salvaguardar os direitos dos jovens;

- Promover a participação dos jovens em todos os níveis, desde a definição, implementação, monitorização e avaliação de políticas, programas e ações relacionadas com a juventude, sendo a nível internacional, nacional ou local. Deve ser assegurado o desenvolvimento de mecanismos participativos, responsáveis e estruturados;
- Eliminar todas as formas de violência contra mulheres e meninas, através do seu empoderamento e envolvendo jovens rapazes neste processo;
- Eliminar qualquer uso de jovens para fins violentos, como as crianças-soldado, e assegurar a criação de um ambiente de paz e de direitos humanos.

Implementação

Consideramos que a nova agenda de desenvolvimento pós-2015 deve ter uma implementação *multi-stakeholder*, isto é, deverá assegurar a participação dos vários atores da sociedade, governamentais e não-governamentais. Ademais, para além da envolvimento de vários atores, esta deve igualmente ser multinível, desde o nível internacional da sua concepção e definição, até à sua implementação internacional quer ao nível da ONU, União Europeia, Conselho da Europa, mas igualmente e particularmente aos níveis nacionais e locais. Assim, esta nova agenda deve ser uma agenda partilhada e inclusiva, quer ao nível dos atores que envolve, quer ao nível da sua implementação e monitorização.

Para que políticas efetivas de juventude possam ser postas em prática, é necessário que a nova Agenda Pós-2015 garanta financiamento e aumente os níveis de ajuda pública ao desenvolvimento, para que se trabalhe no sentido de um desenvolvimento efetivo e sustentável. Esse financiamento deve ser dirigido aos vários setores da sociedade, desde o nível governamental ao privado, mas sobretudo à sociedade civil, incluindo organizações de juventude.

Considerações Finais

De modo a assegurar uma melhor coordenação das políticas juvenis ao nível global, o Conselho Nacional de Juventude advoga pela criação de um Fórum Permanente de

Juventude junto da ONU, onde serão assegurados os mecanismos de co-decisão necessários a uma efetiva participação dos jovens nas matérias que diretamente lhes dizem respeito.

Ademais, consideramos ainda ser de extrema importância a criação de um Provedor para as Gerações Futuras, a nível nacional como global, assegurando uma sustentabilidade das políticas públicas baseadas na justiça intergeracional.

Reforçar ainda que consideramos que a juventude deve ser um objetivo transversal na nova agenda de desenvolvimento pós-2015, uma vez que a juventude diz respeito a várias matérias e deve ter, assim, uma abordagem holística e transversal ao seu desenvolvimento. Contudo, por forma a garantir uma implementação e avaliação concretas e efetivas, consideramos necessária a criação de indicadores desagregados por idade, género, deficiência, rendimento, grupos sociais, nível de educação, rural/urbano.

Jovens educados, sensibilizados, conscientes, autónomos e saudáveis são agentes positivos de mudança. Deve ser dado um novo ímpeto à delimitação e implementação de políticas e programas de juventude a todos os níveis, uma vez que a forma como os desafios e potenciais dos jovens são tidos em conta irá influenciar as condições sociais e económicas e o bem-estar presentes, mas também futuros.

junho 2014